

**Eber Pires Marzulo**

PROPUR - Programa de Pós Graduação em  
Planejamento Urbano e Regional  
Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.  
eber.marzulo@ufrgs.br

## DISPUTA DISCURSIVA EM NÚMEROS: A FAVELA BRASILEIRA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

### RESUMEN

O tema do presente artigo trata das incongruências dos dados de diferentes instituições sobre a favela no Brasil. Em termos teóricos, a abordagem problematiza os critérios de veracidade no estabelecimento do real, em particular aqueles definidos desde dados estatísticos. Em suma, trata-se de tema clássico nas ciências sociais: a construção do real por critérios quantitativos. Se o objetivo geral é problematizar a construção do real desde critérios quantitativos, os objetivos específicos buscam investigar a construção estatística do fenômeno favela no Brasil na primeira década do século XXI. Para alcançar tais objetivos se faz a

*análise das definições de favela ou descrição similar pela ONU e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e sua territorialização, particularmente comparando os dados destas instituições e seu efeito territorial. Em termos de método, além da análise das definições do fenômeno se estabelece as diferenças quantitativas derivadas das definições diversas e sua expressão cartográfica.*

**PALAVRAS CHAVE: FAVELA, DISCURSO, DISPUTA, ESTATÍSTICA, COMPARAÇÃO**

## ABSTRACT

The present theme of the article deals with the incongruity of the data of different institutions about the slums in Brazil. In theoretical terms, the approach problematizes the genuineness of the criteria in the establishments of the real, in particular, those defined from statistics datas. In short, it deals with the classic theme in the social sciences: the construction of the real by quantitative criteria.

If the general objective is to problematize the construction of the real from quantitative criteria, the specific objectives seek to investigate the statistic constructions of the slums phenomenon

in Brazil in the first decade of the 21st century. To reach such objectives an analysis of the definitions of the slums is made or a description similar by UN or IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and its territorialization, particularly comparing to the data of these institutions and their territorial effect. In terms of methods, besides the analysis of the definitions of the phenomenon establishes the quantitative difference of the diverse difference and its cartographic expression.

**KEYWORDS:** SLUMS, SPEECH, DISPUTE, STATISTICS, COMPARISON

## 1. INTRODUÇÃO

Se não há consenso no campo científico a respeito de uma infundável série de questões, todavia ainda existe uma hegemonia no pensamento que aponta a capacidade e necessidade do estabelecimento de verdades baseada na ciência. Tais verdades científicas teriam como modo de expressão mais precisa a linguagem matemática. Generalizado no *mainstream* do discurso científico, teia ainda mais força do ponto de vista espacial. A expressão espacial, enquanto geometrização de tais construções se apresenta ainda como mais distante da ideia de discurso, ao serem definidas desde referenciais quantitativos e matemáticos. Ideia que se sustentaria caso as expressões matemáticas 1) não fossem elas próprias discursos e 2) não fossem estabelecidas, em primeira instância, como discurso verbal.

A resultante espacial de critérios matemáticos, logo, são expressões discursivas, porque fundadas em um discurso matemático cujo estabelecimento se dá pelo discurso verbal, mas ainda mais, pois a expressão espacial tende a se autonomizar de suas bases constitutivas e se tornar ela própria formulação discursiva que afirma, agora visualmente, o discurso matemático e seu referencial verbal. Compreende-se assim que a expressão espacial é uma imagem-discurso. A problematização poderia seguir ao se tomar referências literárias contemporâneas que abordam a virada visual, ou *visual turn* (JAY, 2012) seguindo a tradição da virada linguística wittgensteiniana (WITTGENSTEIN, 2009). Não se chegará a tanto nesse momento.

Esta questão, em geral, aparece em formulações de caráter epistêmico-filosófica remetendo aos critérios de veracidade e à crítica dos critérios,

atualizando-se na crítica platônica às formulações críticas ao paradigma platônico-representacional. Na tradição das ciências sociais, tal questão aparece como parte de sua constituição como ciência autônoma do paradigma das ciências empírico-matemáticas ou nas investigações que buscam afirmar a unidade do campo científico sob o amálgama da síntese em modelos matemáticos. Sem apostar na hipotética neutralidade científica, em particular ao se produzir conhecimento, o problema aqui analisado mostra o quanto é relativa a construção matemática da realidade, desde pesquisa na área das ciências sociais aplicadas sobre resultados de matemática aplicada, a saber, a estatística com efeitos sobre o espaço, logo incidindo sobre a constituição de territorialidades. O foco do presente trabalho está nos efeitos cartográficos de resultados quantitativos que geram conclusões distintas

no interior de mesmos órgãos governamentais a partir de mesma fonte de dados.

Embora numérica, a confusão se expressa de modo imediatamente discursiva, isto é, verbal e com forte acento político, em sentido amplo, ou seja, atuando na arena social onde ocorre a disputa pelo poder. A dimensão interpretativa da expressão quantitativa mostra o quanto a tentativa do estabelecimento do real/realidade sucumbe à força das disputas discursivas. Dentro desse quadro geral e amplo importa aqui mostrar de modo introdutório os efeitos espaciais de tal disputa.

Efeitos espaciais que ao constituírem territórios, antes de apontarem para a definição mais precisa da descrição do real, desde uma abordagem que entenderia o problema como de busca da mais correta interpretação do real descrito matematicamente e expresso espacialmente, isto é, como disputa de uma representação mais fidedigna do real, aquilo que pretenderia uma abordagem platônica-representacional; interessam exatamente pelo oposto. O que interessa na abordagem é investigar como a tentativa de descrição matemática do real e, logo, pressupõe-se a mais precisa, afirma-se como discurso. Discurso imediatamente político, pois as questões em jogo, e quais não são, tratam de poder.

Deixando de lado a ironia, no entanto, o procedimento tomado foi o de buscar detalhar a expressão espacial de resultados matemáticos quase como se estivesse sendo buscada a expressão mais precisa, ou ainda se detectar aonde residiria o erro capaz de explicar as divergências na interpretação dos resultados apresentados numericamente. Todavia, a abordagem pretende apontar o processo de construção das divergências sobre os mesmo dados investigando as formulações discursivas subjacentes aos critérios de definições matemáticos e seus efeitos no espaço.

A dimensão discursiva surge imediatamente

desde sua repercussão pública. Não é por sua repercussão, mas por ser opinião difundida que se inicia a discussão do problema desde uma apresentação de notícias veiculadas em espaços da comunicação de massa. Escolha, logo, de método, pois toma como princípio a construção do conhecimento científico contra a opinião. Pode-se pensar com Bachelard (1996) como esta sendo a primeira ruptura.

O artigo inicia (2. As notícias e as discrepâncias) com a apresentação das notícias veiculadas sobre os dados do censo 2010 IBGE (IBGE, 2014) fazendo uma breve problematização sobre as discrepâncias entre as notícias. Em seguida, (3. Discurso e método) aborda o discurso do método conforme encontrado em documentos oficiais do IBGE (BRASIL, 2011). Na seção 4. Para aprofundar um caso: Porto Alegre, a questão é analisada especificamente no caso da cidade de Porto Alegre visando aprofundar a investigação em termos dos efeitos na expressão espacial dos dados. 5. Favelas desaparecidas é o item que demonstra os efeitos territoriais poderosos e específicos dos dados numéricos no estabelecimento do real, embora estudo ainda incipiente no quadro geral da pesquisa. Para finalizar, se retoma a discussão de caráter teórico-epistemológico subjacente a investigação em 6. Uma disputa em curso.

Importante salientar que a pesquisa que fundamenta o presente artigo se encontra em processo de realização e os resultados apresentados são claramente parciais e, por isto, inconclusos.

## 2. AS NOTÍCIAS E AS DISCREPÂNCIAS

Em publicação do IBGE (BRASIL, 2014) não se encontra uma análise a respeito do aumento ou diminuição de favelas e favelados no país de modo explícito. Aliás, em documento anterior do IBGE (BRASIL, 2011) é recomendado que não se constitua linha histórica para análise sobre

os aglomerados subnormais, forma como são chamados os assentamentos não-urbanizados, as favelas. Os dados apresentados são tratados como novos, em virtude de avanço tecnológico empregado na obtenção dos números. Em texto do IBGE (BRASIL, 2010), propõe-se uma projeção, a partir desta última publicação e com a nova forma de coleta de dados, futura sobre a favela brasileira desconsiderando as seqüências anteriores.

Tomando-se como referência do estabelecido ao nível da chamada opinião pública o que se publica nos grandes jornais impressos, encontram-se diversas matérias com notícias de um aumento no número de moradores de favelas no Brasil, tanto em termos percentuais como absolutos. Jornais diários de circulação nacional como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Zero Hora apresentam números concretos. Os dados mais comuns trazem que no ano de 2000 se apresentava 6,5 milhões de favelados no Brasil (3,9% da população nacional total) e em 2010 o número teria subido para 11,4 milhões (6%). Fica a ressalva que os grandes jornais nacionais de conglomerados de comunicação que dominam o setor, por motivos quaisquer que sejam de interesse ou necessidade de uma publicação acerca do tema, não respeitaram a indicação do IBGE (Brasil, 2011) a respeito da não indicação de comparações desde uma linha histórica dos dados sobre aglomerados subnormais.

## cotidiano

### Censo mostra que 6% da população vive em favelas e similares

DO RIO

21/12/2011 10h00

**Figura 1.** Censo mostra que 6% da população vive em favelas e similares. **Fonte:** Folha de São Paulo (2011)

Essa notícia da Figura 1 traz uma informação que impressiona pelo alto percentual da população morando em favelas, mas não realiza comparações. Todavia, pode-se considerar como afirmação que aponta para a existência de grande parcela da população brasileira vivendo em assentamentos informais carentes de urbanização.

## IBGE mostra Brasil com mais de 11 milhões de favelados

06 de novembro de 2013 | 10h 09

**Figura 2.** IBGE mostra Brasil com mais de 11 milhões de favelados  
**Fonte:** O Estado de São Paulo (2013)

No entanto, na Figura 2 acima, em que pese a ressalva sobre o tema feito em documento do IBGE (BRASIL, 2011) sugerindo que não se realize comparações históricas do fenômeno, como se tem salientado, a análise do aumento é apresentada. Cabe chamar a atenção que geralmente tais relações são apresentadas em material distribuído à imprensa pelo próprio IBGE ou por outros órgãos governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), porém documentos das respectivas instituições apresentando esta análise não são aqui apresentados.

## Aumenta número de brasileiros em assentamentos irregulares

Dados fazem parte da publicação "Aglomerados Subnormais - Primeiros resultados", do IBGE

**Figura 3.** Aumenta número de brasileiros em assentamentos irregulares  
**Fonte:** O Globo (2011)

Na Figura 3 o tom sobe. A manchete já aponta para um problema no país: o aumento de brasileiros vivendo em assentamentos irregulares.

A impossibilidade de relação sugerida pela fonte dos dados parece absolutamente desconsiderada.

GERAL

## Censo: número de pessoas em favelas quase dobrou em uma década

**Figura 4.** Número de pessoas em favelas quase dobrou em uma década  
**Fonte:** O Globo (2011) (b)

Ainda mantendo a direção da comparação, explicitamente considerada inapropriada (BRASIL, 2011) pelo produtor das informações, na Figura 4 o tratamento do fenômeno vai além da descrição ou do sentido de um problema. Trata-se de um problema dimensionado. E dimensionado comparativamente ao período anterior e cuja dimensão remete a existência de um problema grave: o número de favelados estaria multiplicado por dois (2).

## Brasil tem 11 milhões de pessoas vivendo em moradias irregulares

Número corresponde a 6% da população do país

**Figura 5.** Brasil tem 11 milhões de pessoas vivendo em moradias irregulares  
**Fonte:** Zero Hora (2011)

Nessa última manchete temos nova quantificação sem análise comparativa, mas o número absoluto é assustador, pois equivaleria a quase o tamanho da maior cidade do país, ou seja, no Brasil se teria uma São Paulo vivendo em favelas.

Embora improvável que tais relações tenham sido feitas apenas pelos jornalistas e/ou editorias dos respectivos jornais, chama a atenção na série de reportagens não haver manifestação de técnicos, ou oficial, do IBGE desautorizando tais relações por problemas de método. O que se tem, definitivamente, é o estabelecimento da ocorrência de um aumento do número de favelados e de favelas no Brasil entre 2000 e 2010,

tanto absolutamente quanto proporcionalmente, conforme o discurso difundido como opinião.

A seguir, na seção 3, analisa-se mais particularmente o discurso do método para a coleta de dados desde a definição de aglomerados subnormais nos censos de 2000 e 2010, enfatizando traços do que pode levar as discrepâncias na definição quantitativa do fenômeno.

## 3. MÉTODO E DISCURSO

A análise da definição de aglomerados subnormais entre os dois censos (2000 e 2010) mostra que não divergem. A caracterização do aglomerado subnormal se dá por: "(...) conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais." (Brasil, 2000; Brasil, 2010). O que ocorre, documentado pelo IBGE (Brasil 2011), foi um avanço nos meios tecnológicos de identificação dos aglomerados subnormais, possibilitando, assim, um catálogo mais abrangente dos mesmos. "No Censo 2010, o IBGE adotou inovações metodológicas e operacionais com o objetivo de atualizar e aprimorar a identificação dos aglomerados. Foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução, feita uma pesquisa específica sobre as características morfológicas das áreas (Levantamento de Informações Territoriais - LIT) e realizadas reuniões sobre o tema nas Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs). Em virtude desses aperfeiçoamentos, os resultados não são diretamente comparáveis com os obtidos por censos anteriores." (BRASIL, 2011, grifo do autor).

A última frase deixa clara que as mudanças tecnológicas na coleta de dados, ao mesmo tempo em que permitem um levantamento

hipoteticamente mais preciso, impedem a realização de análises comparativas com períodos anteriores. O que demonstra um grave problema, pois a análise em termos históricos é central para avaliação do nível das transformações e eficácia das políticas públicas. Ao refinar os instrumentos de coleta de dados e alterar o método de tratamento, através da incorporação das CMGEs, o Instituto deveria estabelecer parâmetros que permitissem análises para comparação histórica. *“As imagens de satélite de alta resolução representaram uma mudança qualitativa para a identificação das áreas em relação aos censos passados. As imagens foram utilizadas para encontrar partes dos municípios que possuísem morfologia característica de aglomerados subnormais, posteriormente investigadas em campo para a confirmação das características.*

*Foi realizada uma pesquisa específica no ano de 2009, o Levantamento de Informações Territoriais, composta por uma investigação junto às prefeituras sobre a situação fundiária e legal das áreas e um trabalho de campo de coleta de dados como as características e localização, padrões urbanísticos e densidade de ocupação. O objetivo era aprimorar a identificação dos aglomerados subnormais e coletar informações territoriais para posterior classificação.”* (BRASIL, 2011).

O nível de avanço está explicitado na passagem acima, em especial ao apresentar a realização de levantamento específico e a coleta junto às prefeituras de informações sobre a situação fundiária. Supõe-se que todos novos procedimentos implicam em mudança de método, particularmente ao incluir novos atores e agentes, além da incorporação de novos elementos tecnológicos e procedimentos de campo. Tal refinamento na coleta de dados e a profunda modificação de método tornam ainda mais impeditiva a utilização destas informações para a constituição de séries históricas.

*“Por fim, as reuniões sobre aglomerados subnormais*

*realizadas em 2011 nas Comissões Municipais de Geografia e Estatística (grupos formados em todos os 5.565 municípios por representantes do IBGE, das prefeituras e da sociedade, que funcionam como um canal de comunicação e participaram de todo o processo de realização do Censo 2010) contribuíram para a atualização dos cadastros e mapas.*

*A denominação e a eventual subdivisão de uma área em aglomerados subnormais diferentes é uma construção social e política. As comparações entre aglomerados devem levar em conta o fato de que eles podem ser únicos (áreas isoladas) ou interligados a outros (áreas contíguas).”* (BRASIL, 2011). Nesse trecho a alteração de método segue sendo desenvolvida, com a inclusão agora de técnicas participativas, talvez se podendo tratar inclusive de cartografia participativa, na medida em os levantamentos cartográficos parecem terem sido complementados e/ou corrigidos diretamente por técnicos da esfera municipal e da população. Sem dúvida louváveis os avanços de método no levantamento das condições de moradia da população que vive em assentamentos não-urbanizados no Brasil, porém importam necessariamente a construção de parâmetros capazes de permitir a continuidade de séries históricas do fenômeno.

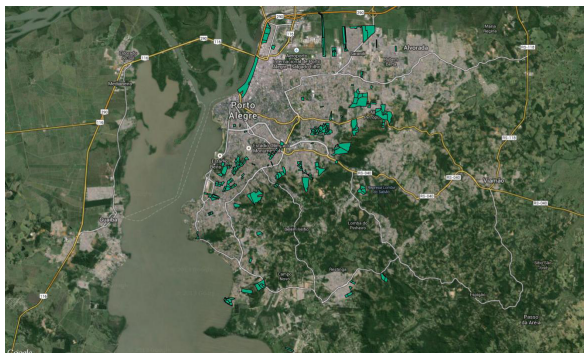
Na forma como foram apresentados os dados, a análise direta dos últimos dois censos (2000 e 2010) não deveria ser comparada. O que implicaria em um grave problema, pois impediria uma avaliação das transformações do fenômeno. As implicações de tais modificações ao nível do método para o estabelecimento dos aglomerados subnormais, tratados por todos os órgãos e documentos como favela, colocam também implicações na espacialização do fenômeno.

#### **4. PARA APROFUNDAR UM CASO: PORTO ALEGRE**

Procurando viabilizar o estudo de modo mais detalhado e incluir informações de fontes locais se investiga a cidade de Porto Alegre como caso de estudo. Porto Alegre como caso emerge como particularmente relevante na medida em que a cidade teve grandes investimentos na década de 1990 na melhoria urbana das aglomerações pobres. Cabe lembrar que as favelas brasileiras em Porto Alegre são chamadas de vilas, pela proximidade com Uruguai e Argentina onde tais aglomerações são chamadas de villa ou villa miséria. Porto Alegre se transforma em cidade referência na melhoria das condições de vida da população pobre, em virtude de administrações municipais de caráter socialista e da implantação do instrumento de gestão Orçamento Participativo entre 1989-2002.

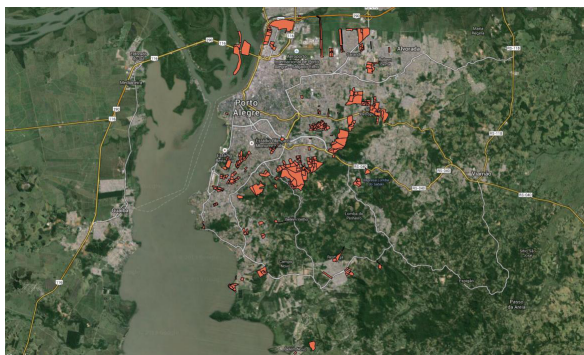
Para efeitos comparativos foram construídos layers, a partir dos dados do IBGE que permitem comparar as áreas em que favelas desapareceram, surgiram, cresceram, diminuíram ou alteraram perfil demográfico, entre os anos de 2000 e 2010. Visando uma análise confiável se utilizou, então, a cartografia georreferenciada (SIG). A partir dos layers referentes aos aglomerados subnormais identificados pelo IBGE em 2000 (BRASIL, 2000) e em 2010 (BRASIL, 2010) foram feitas análises da cartografia das favelas de Porto Alegre neste intervalo de tempo.





**Figura 6.** Aglomerados Subnormais em Porto Alegre em 2000  
**Fonte:** Elaboração do autor a partir de IBGE (Brasil, 2000)

A primeira atividade foi criar um layer com os aglomerados subnormais de 2000, conforme Figura 6, para o estabelecimento da primeira referência.

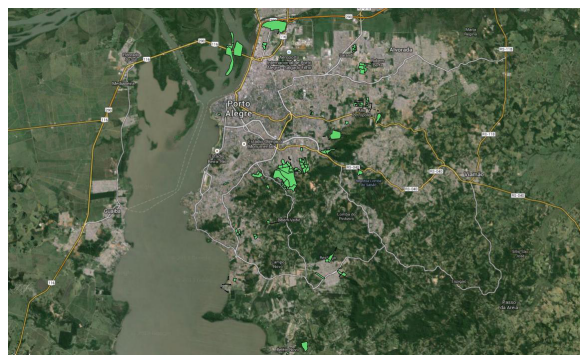


**Figura 7.** Aglomerados Subnormais em Porto Alegre em 2010  
**Fonte:** Elaboração do autor a partir de IBGE (Brasil, 2010)

Em seguida (Figura 7), tem-se um layer com os aglomerados subnormais surgidos em 2010, aqueles coletados com novo método e técnicas.

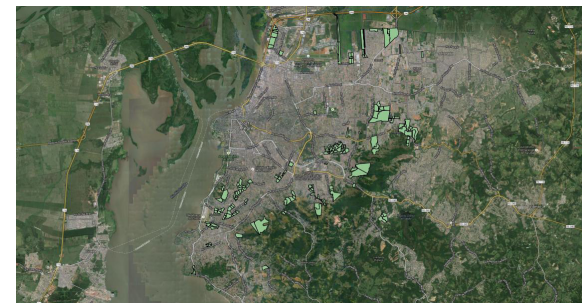
Tendo como base estes dois (2) layers se realizou uma sobreposição dos mesmos, a partir da qual foi possível criar novos layers que permitem a observação dos avanços territoriais dos

aglomerados subnormais entre os anos de 2000 e 2010 em Porto Alegre. Como resultado desta sobreposição de camadas se obteve novos layers, estes referentes aos setores censitários considerados aglomerados subnormais apenas em 2010 (Figura 8) e também aqueles que se mantiveram nesta classificação nos dois censos (Figura 9). Para a criação do layer da Figura 8 se fez uma subtração retirando da base de dados dos aglomerados subnormais de 2010 (Figura 7) aqueles que já estavam presentes em 2000 (Figura 6). Já para o layer da Figura 9, realizou-se a interseção entre os dois layers originais.



**Figura 8.** Aglomerados Subnormais em Porto Alegre apenas em 2010  
**Fonte:** Elaboração do autor a partir de IBGE (Brasil, 2000; Brasil, 2010)

Na Figura 8 então se tem um layer de 2010 manipulado para retirar aqueles aglomerados localizados em 2010 (cf. Figura 7) que já se encontravam em 2000 (cf. Figura 6), ou seja, temos aqui os aglomerados subnormais apenas encontrados em 2010.



**Figura 9.** Aglomerados Subnormais em Porto Alegre em 2010 já existentes em 2000  
**Fonte:** Elaboração do autor a partir de IBGE (Brasil, 2000; Brasil, 2010)

Na Figura 9 os aglomerados subnormais que permaneceram de 2000 para 2010. Têm-se assim nas figuras 8 e 9 os aglomerados subnormais que surgem em 2010 e aqueles que já existiam em 2000. Resultado de uma decomposição do layer dos aglomerados subnormais de 2010 (Figura 7), a partir da utilização do layer dos aglomerados de 2000 (Figura 6).

A análise territorial dos aglomerados subnormais identificados em cada um dos censos pode ser feita através das imagens de SIG anteriormente relacionadas. Caso necessário, existe a possibilidade de uma verificação dos limites pelos logradouros que cercam os setores censitários relatados. Foram elaborados arquivos em tabela descrevendo os perímetros dos aglomerados subnormais baseados nos dados de limites divulgados pelo próprio IBGE (BRASIL, 2010). Quando não existia um limite propriamente definido foi realizada uma descrição, a partir da visualização dos setores censitários dos aglomerados subnormais no mapa georreferenciado, utilizando a mesma linguagem presente em documentos oficiais do IBGE (BRASIL, 2010). No momento, uma análise da situação demográfica dos moradores de tais setores censitários está sendo elaborada. A

dificuldade encontrada ocorre porque alguns dos arquivos georreferenciados disponibilizados pelo IBGE possuem problemas no *link* entre mapa e tabela, sendo necessária uma revisão dos setores um a um. Tal avanço permitirá se ter noção de alterações e permanências nos perfis dos moradores e na sua quantidade. O resultado de tal levantamento poderá ajudar na avaliação do impacto das mudanças de método, tanto nos novos aglomerados subnormais (Figura 8) quanto nos já existentes em 2000 (Figura 9).

Apesar das ressalvas, algumas constatações, desde as imagens já são possíveis apontar. A primeira é que há uma tendência a concentração dos aglomerados. Desde as imagens se pode presumir que de 2000 para 2010 em Porto Alegre houve um processo de concentração e aproximação dos aglomerados subnormais. Isto é, grandes partes dos novos aglomerados, inexistentes em 2000 (Figura 8), surgem nas proximidades de aglomerados já existentes em 2000 (Figura 9). Além disso, os já existentes em 2000 (Figura 9) parecem mais diluídos no território da cidade, em especial ocupando a faixa sul e leste. Enquanto os encontrados em 2010 (Figura 8) se localizam mais próximo ao centro, norte e entorno ao acesso às ilhas. Essa primeira análise aponta pelo menos duas (2) novidades para a dinâmica de ocupação dos assentamentos irregulares em Porto Alegre. Em primeiro lugar, até pouco tempo os estudos urbanos apontavam um processo intenso de ocupação irregular do sul e extremo sul da cidade. A figura 8 não demonstra tal processo. Em segundo, chama à atenção as ocupações mais recentes se concentrarem mais próximo ao centro, em especial ao norte e oeste (entorno as ilhas). Tais áreas não vinham aparecendo como parte dos processos mais recentes, mas antes se projetava uma diminuição de ocupações próximas à área central.

Todavia, o mais relevante na análise desde essas imagens seria o aumento no número de favelas e, possivelmente, de favelados, embora a investigação revele uma diminuição da densidade da relação habitante/moradia. Tal informação, em termos imagéticos, pode significar que a expansão em termos de área não tenha correspondência em termos de população se pensada a partir das densidades consagradas até hoje. A diferença seria uma diminuição para cerca de 3hab/moradia de quase 4hab/moradia no censo anterior.

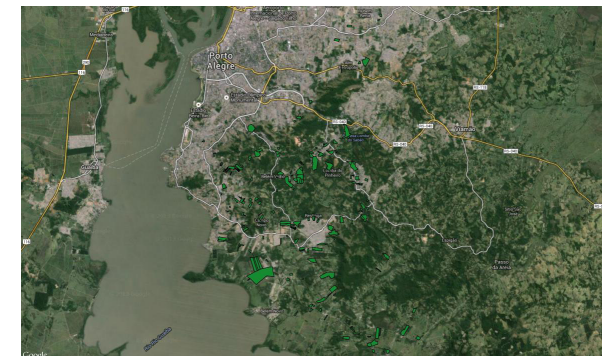
O aumento das favelas mais próximas a área central e urbanizada também, tal como a diminuição da densidade pode ser indicativo de uma melhoria da qualidade de vida desta população. Outra hipótese possível para tal movimento seria o de reação a implantação de políticas habitacionais para os pobres em áreas extremamente distantes do centro, como as regiões sul, extremo sul e nordeste. Aqueles que escolhem não aderirem a estas políticas poderiam constituir uma escolha racional em ficar em assentamentos irregulares todavia próximos a trabalho e renda, pois mais central.

## 5. FAVELAS DESAPARECIDAS

Buscando localizar os aglomerados subnormais que desapareceram entre 2000 e 2010, levantam-se informações que permitem estabelecer os motivos pelos quais determinadas favelas desapareceram, tomando-se como referência processos de normalização jurídica da posse da terra. Tais informações são acessíveis apenas em organismos municipais. No caso, os dados foram acessados através da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre (PGM). O material cedido se refere à regularização jurídica na cidade de Porto Alegre, localizados por meio de imagens de satélite dos lotamentos, plantas

das vilas em processo de uso capião, *links* que relacionam os loteamentos com sua posição no *Google Earth* e uma planilha em que é possível verificar a situação jurídica específica de cada loteamento.

É necessário agora um estudo que analise os dados obtidos nos censos em relação às situações de regularização jurídica obtidas junto ao município. A grande questão é ver se os aglomerados não mais considerados subnormais pelo IBGE (BRASIL, 2010) coincidem com os loteamentos regularizados pela prefeitura. Para isso é necessário que os dados obtidos com a procuradoria estejam em georreferenciamento de acordo com os dados censitários. O procedimento se encontra em andamento, visto que o obtido foi apenas uma definição de limites dos lotes e um ponto único do lote em satélite. Estão sendo desenhados um a um os mais de duzentos lotes regularizados juridicamente agora referenciados em satélite para uma sobreposição de *layers* com os dados já referenciados dos censos do IBGE (BRASIL, 2000; BRASIL, 2010).



**Figura 10.** Loteamentos Irregulares com matrículas de regularização abertas **Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre



Se a Figura 8 demonstrava uma concentração dos novos aglomerados entorno aos já existentes próximos ao centro e norte, a Figura 10 acima mostra uma concentração de processos de regularização exatamente aonde não houve maior expansão de novos aglomerados em 2010, isto é, nas regiões sul e sudeste. Projeta-se aqui a possibilidade de um controle do estado sobre as áreas em processos de regularização.

Embora inconcluso, parece se encontrar uma relação entre os aglomerados subnormais de 2000 desaparecidos, figura ainda não elaborada, e os loteamentos regularizados juridicamente. A partir desta análise, será possível alguma conclusão mais definitiva a respeito das divergências de discurso sobre a favela entre IBGE e administração municipal em Porto Alegre.

## 6. UMA DISPUTA EM CURSO

A expressão cartográfica da espacialização dos dados demonstra embrionariamente que as alterações em Porto Alegre talvez sejam menores do que aquelas noticiadas. Mais uma vez cabe salientar que as notícias muito provavelmente não sejam derivadas de hipotética manipulação dos dados pelas empresas de comunicação, mas antes de material produzido pelas próprias agências do governo brasileiro. Não se trata, pelo menos no nível analítico aqui proposto de sugerir manipulação da informação pelas empresas de comunicação.

O problema tem um caráter epistêmico com efeitos no estabelecimento das condições de vida, desde a moradia, da população brasileira. Epistêmico, na medida em que a abordagem está vislumbrando como horizonte do problema da incongruência de resultados fundados em mesmos dados a questão da constituição do real/ realidade.

O estudo avança paralelamente em escala mais

macro, na investigação da origem das diferenças de números entre ONU e IBGE e mesmo entre outras instituições do governo brasileiro, como o IPEA. Preliminarmente, os resultados apontam para uma congruência entre os dados do IPEA e ONU e discrepância destes para os dados do IBGE. Todavia, a base de dados é a mesma, isto é, o IBGE. Assim, trata-se de uma diferença que deriva de uma distinção de definição sobre o fenômeno. Outro resultado preliminar é que o número de favelas e favelados no Brasil segundo a ONU e IPEA é muito maior do que aquele apresentado pelo IBGE. No entanto, em sentido oposto, enquanto ONU e IPEA vem uma diminuição quantitativa do fenômeno o IBGE aponta para um aumento do número de favelados e favelas no Brasil nos anos 2000.

Teoricamente, a questão é colocar em evidência os limites e o caráter de disputa no estabelecimento da veracidade da realidade desde este problema. A questão empírica aponta para a necessidade de reconhecer a origem das diferenças entre os dados e, logo, da situação do fenômeno favela no Brasil contemporâneo. Parcialmente, pode-se concluir que a construção estatística da realidade embora ainda marcada como princípio de veracidade científica depende fundamentalmente de definições especificamente discursivas. E que tal fundamentação para o tratamento de fenômenos sociais está marcada por disputas cuja expressão aparece em termos estritamente discursivos derivando no estabelecimento de distintas descrições do mesmo fenômeno, em que pese referenciada na mesma base de dados.

Do ponto de vista das informações aqui apresentadas, os dados mostram que houve uma falta de precisão no Instituto ao alterar o método de coleta de dados e não estabelecer critérios para a realização de estudos comparados em termos históricos. Abandonar a série histórica

é, por princípio, um desserviço ao sentido da produção da informação. Também se pode apontar para uma diferença que parece pouco relevante, pelo menos visualmente, entre o estabelecido pelo Censo 2010 e o de 2000 no caso de Porto Alegre. As informações produzidas até aqui devem ser completadas com a análise das populações dos novos aglomerados subnormais 2010, dos que permaneceram desde 2000 e dos que desapareceram de 2000 para 2010. Mudanças no perfil da população e níveis de alterações quantitativas associadas às localizações dos aglomerados nos diferentes períodos podem instruir sobre a incidência da mudança de método na configuração atual.

A questão da definição discursiva do real, no entanto, parece ainda mais viva e urge o avanço nas investigações que articulem simultaneamente o nível epistêmico do problema à sua incidência empírica, em especial em termos da espacialização das populações, para o estabelecimento de parâmetros analíticos que constituam algum grau de controle do sentido do discurso na configuração da realidade territorial. Se antes, tal questão nos estudos urbanos remeteu ao problema da estigmatização que estigmatiza, agora se trata de aprofundar as análises para situar as operações discursivas subjacentes a constituição dos referenciais de veracidade da realidade. Não para alcançar algum nível absoluto de descrição da realidade, perspectiva só possível desde uma abordagem totalizante e arbitrária; mas para intervir diretamente na dimensão política que a construção da realidade pelo discurso implica.



## REFERENCIAS

- BACHELARD, Gastón (1996). A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BNDES (2009) O QUE É FAVELA, AFINAL? Acessado em (01/04/2014). Disponível em <http://www.iabrj.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2011/12/Oqueefavelaafinal.pdf>.
- BRASIL (2000). IBGE, Censo Demográfico 2000. Acessado em (24/03/2014). Disponível em [www.ibge.gov.br/censo](http://www.ibge.gov.br/censo).
- BRASIL (2010). IBGE, Censo Demográfico 2010. Acessado em (24/03/2014). Disponível em [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br).
- BRASIL (2011). IBGE: Censo 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais. Acessado em (01/04/2013). Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2051&busca=1&t=censo-2010-aprimorou-identificacao-aglomerados-subnormais>.
- BRASIL (2014). IBGE, Notícias sobre o Censo Demográfico 2010. Acessado em (23/07/2014). Disponível em [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br).
- Folha de São Paulo (2011). CENSO mostra que 6% da população vive em favelas e similares. Acessado em (03/07/2014). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/12/1024307-censo-mostra-que-6-da-populacao-vive-em-favelas-e-similares.shtml>.
- JAY, Martin (2012). Relativismo Cultural e a Virada Visual. In *Aletria Revista de Estudos de Literatura*, 1, out.
- ARZULO, Eber (2013). "Espaço e poder: a disputa discursiva pela favela". In *Congresso Brasileiro de Sociologia*. Salvador, BA [Anais...].
- O Estado de São Paulo (2013). IBGE mostra Brasil com mais de 11 milhões de favelados. Acessado em (03/07/2014). Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mostra-brasil-com-mais-de-11-milhoes-de-favelados,1093778>.
- O Globo (2011). AUMENTA número de brasileiros em assentamentos irregulares. Acesso em (03/07/2014). Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/aumenta-numero-de-brasileiros-em-assentamentos-irregulares-3489518>.
- O Globo (2011) (b). CENSO: Número de pessoas em favelas quase dobrou em uma década. Acessado em (03/07/2014). Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/12/22/censo-numero-de-pessoas-em-favelas-quase-dobrou-em-uma-decada-422841.asp>.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (2009). Investigações filosóficas. Petrópolis: Vozes.
- Zero Hora (2011). BRASIL tem 11 milhões de pessoas vivendo em moradias irregulares. Acessado em (03/07/2014). Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2011/12/brasil-tem-11-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-moradias-irregulares-3603937.html>.